

Orçamento de 2027: superávit para quem?

O Governo Federal enviou ao Congresso Nacional a proposta de Orçamento para 2027 anunciando um cenário de superávit e reafirmando compromissos com o controle das contas públicas. Para alcançar esse resultado, entretanto, a proposta mantém regras de contenção dos gastos, condiciona a política salarial do funcionalismo e prevê aumento dos recursos destinados às emendas parlamentares.

Para os servidores públicos, que há anos enfrentam perdas salariais acumuladas e dificuldades para recuperar o poder de compra, esse cenário merece atenção e mobilização. Não podemos aceitar que o equilíbrio das contas públicas seja construído, mais uma vez, às custas dos trabalhadores e daqueles que mantêm os serviços públicos funcionando diariamente.

O discurso de responsabilidade fiscal não pode servir como justificativa permanente para limitar reajustes, impedir a recomposição das perdas inflacionárias e postergar a valorização dos servidores.

Também chama atenção o aumento dos recursos destinados às emendas parlamentares. Recursos públicos precisam atender às necessidades da população e garantir direitos, e não transformar o orçamento em instrumento de negociação política.

A proposta que chega ao Congresso ainda será debatida, modificada e votada. É justamente nesse espaço que a mobilização dos trabalhadores precisa estar presente. O orçamento não é apenas uma peça técnica: ele expressa escolhas políticas e define quem será beneficiado e quem continuará pagando a conta.

Por isso, o movimento sindical precisa acompanhar de perto a tramitação do Orçamento de 2027, pressionar deputados e senadores e apresentar propostas que garantam a recomposição das perdas salariais, a valorização das carreiras e o fortalecimento do serviço público. Não podemos deixar que as decisões sobre o futuro dos trabalhadores sejam tomadas sem a participação daqueles que serão diretamente afetados.

Para o presidente do Sindsep/MA, João Carlos Lima Martins, mais do que acompanhar a vota-



ção, é necessário construir força política. “Nas eleições, será fundamental eleger uma bancada comprometida com os trabalhadores, com o serviço público e com a defesa dos direitos sociais. Precisamos ampliar a representação de parlamentares que tenham compromisso com a valorização dos servidores e estejam dispostos a enfrentar a lógica de ajuste que coloca os trabalhadores sempre como variável de contenção das despesas”, afirmou o presidente João Carlos.

O orçamento é uma disputa de prioridades. E os trabalhadores precisam estar organizados para disputar essas prioridades. A defesa da recomposição salarial, da valorização do servidor e de um serviço público forte passa pela mobilização sindical, pela pressão sobre o Congresso e também pela construção de uma representação política verdadeiramente comprometida com os interesses da classe trabalhadora.

Nenhum direito se conquista sem luta, e nenhum orçamento será justo se os trabalhadores não tiverem força para disputar seus rumos.

Fim da escala 6x1 será votado na CCJ nesta semana; saiba como pressionar senadores

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho deve ser votada nesta quarta-feira (2) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal. A análise da proposta é um passo necessário para que o texto avance para o Plenário da Casa e ocorre após meses de pressão do movimento sindical pela aprovação da medida.

A pressão sobre os senadores continua nesta semana. Nesta terça-feira (1), a CUT convoca suas Estaduais, ramos e sindicatos filiados para uma **Ação Nacional nas Redes e na plataforma Na Pressão**, com mobilização durante todo o dia pela votação da proposta.

A orientação é reforçar nas redes sociais as mensagens “Vota

Senado! Vota já, Senado!”, utilizando as hashtags **#FimDa6x1** e **#Reducao Da-JornadaJa**. A iniciativa busca ampliar a pressão sobre os parlamentares às vésperas da votação na CCJ.

Neste domingo (30), trabalhadores e trabalhadoras foram às ruas de várias capitais brasileiras em defesa do fim da escala 6x1 e da redução da jornada, em atos convocados pela CUT, demais centrais sindicais e movimentos populares.

As mobilizações reforçaram a pressão sobre o Congresso



Nacional para que os parlamentares aprovelem a proposta e avancem na construção de uma jornada de trabalho que garanta mais tempo de descanso, convivência familiar e qualidade de vida para os trabalhadores e trabalhadoras.

Escrito por: Redação CUT

Podcast Estúdio CUT: o que é ‘idadismo’ e quais os direitos das pessoas idosas

Os desafios para a garantia dos direitos das pessoas idosas no Brasil e o conceito de idadismo foram temas da mais recente edição do Podcast Estúdio CUT. O episódio reuniu Ari Aloraldo do Nascimento, secretário de Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas da CUT, Jairo de Souza Júnior, da CUT Distrito Federal, e o professor Vicente Faleiros, especialista em gerontologia e em planejamento, PhD em Sociologia.

A conversa abordou a origem e os efeitos do preconceito contra pessoas com



mais idade, a necessidade de ampliar políticas públicas e a mobilização pela ratificação da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas pelo Congresso Nacional.

Escrito por: Andre Accarini